

# NOTAS SOBRE O MOVIMENTO NEGRO EM ALAGOAS: O OLHAR DA PSICOLOGIA SOCIAL

Rodrigo da Silva Almeida<sup>1</sup>  
Mariana Lemos Braz<sup>2</sup>  
Maria Sônia da Silva Crispim<sup>3</sup>  
Thalita Carla de Lima Melo<sup>4</sup>  
Marcelo Góes Tavares<sup>5</sup>



## RESUMO

O Movimento Negro corresponde à luta dos negros na tentativa de resolver os problemas enfrentados por eles na sociedade em que habitam. No Brasil, apesar da legislação proibir qualquer tipo de discriminação étnica, as desigualdades sociais entre brancos e negros ainda estão longe de serem superadas. Desse modo, este estudo tem o objetivo de conhecer um pouco da cultura quilombola, e para isso foi realizada uma visita a Serra da Barriga, onde está localizado o Quilombo dos Palmares, e entrevistou-se uma militante do movimento negro no Brasil, dona Maria Neide Martins. A entrevista mostrou que o negro ainda luta por seus direitos, não permanecendo passivo às injustiças da qual ainda são vítimas. Ao analisar os dados obtidos, percebemos que a Psicologia Social contribui com os Movimentos Negros mediante a prática da interdisciplinaridade, colaborando para o entendimento do mundo a respeito dessa temática. Assim, a Psicologia Social Comunitária vem desenvolvendo grupos que atuam por meio da militância, e/ou de um trabalho social de conscientização acerca das origens dos povos negros. Uma das teorias que tem sido muito empregada no estudo dos movimentos negros é a Teoria das Representações Sociais de Moscovici.

## PALAVRAS-CHAVE

Psicologia Social. Movimento Negro. Representações Sociais.

## ABSTRACT

The black movement corresponds to the struggle of blacks in an attempt to solve the problems faced by them in society they inhabit. In Brazil, despite legislation prohibiting any form of ethnic discrimination, social inequalities between whites and blacks are still far from being overcome. Thus, this study aims to know a bit of quilombola culture, and it was carried out a visit to the Serra da Barriga, where is located the "Quilombo dos Palmares", and interviewed was a militant of the black movement in Brazil, Dona Maria Neide Martins. The interview showed that black is still struggling for their rights, not remaining passive injustice of which they are still victims. In analyzing the data, we find that social psychology contributes to the Black Movements through the practice of interdisciplinarity, contributing to the understanding of the world regarding this issue. Thus, the Community Social Psychology has developed groups operating through advocacy and/or social work awareness about the origins of black people. One theory that has been widely employed in the study of black movements is the Theory of Social Representations of Moscovici.

## KEYWORDS

Social Psychology. Black Movement. Social Representations.

## 1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho será discutida a situação em que se encontra o negro no Brasil, enfatizando a resistência desse povo no Estado de Alagoas, representado por dona Maria Neide Martins, mulher negra e militante dedicada à luta para manter e defender a cultura de seus ancestrais.

Para elaboração deste artigo, foi realizado um estudo de campo qualitativo por meio de entrevista, da observação e com revisão de literatura para a elaboração da fundamentação teórica do presente artigo, utilizando artigos científicos, livros, dissertações de mestrado e teses de doutorado sobre a temática na biblioteca e nas plataformas de pesquisa do Centro Universitário Tiradentes (UNIT): BDOT, BVS-Psi, Scielo, Google Acadêmico e Ministério da Saúde, a partir das seguintes palavras-chave: movimento negro, cultura quilombola, psicologia social e representações sociais. Foram levantados doze artigos científicos; dez livros; duas dissertações de mestrado e uma tese de doutorado, sendo todos aproveitados e devidamente citados neste texto. Posteriormente foi feita uma visita ao Quilombo dos Palmares, onde foi realizada uma entrevista não estruturada, que foi registrada em áudios, e posteriormente transcrita, analisada e interpretada com base na fundamentação teórica do presente trabalho.

O Presente texto está estruturado em seis tópicos. O primeiro apresenta a metodologia e o objetivo deste artigo. O segundo situa o Movimento Negro no Brasil, afirmando que a existência de leis que proíbem no papel a discriminação racial não é suficiente para impedir tal comportamento, gerando impactos negativos na subjetividade desses sujeitos. O terceiro tópico apresenta o quilombo como uma representação histórica da resistência negra no Brasil; esse tópico ainda se subdivide em outro, que versa sobre a Serra da Barriga como um espaço de memória do movimento e da resistência negra no Brasil.

O quarto faz uma apresentação condensada da cultura afro-brasileira, citando o sincretismo religioso como uma forma de resistência ao imperialismo cultural ao qual foram vítimas na época da escravidão. O quinto articula a Psicologia Social com o Movimento Negro, explicando o surgimento da Psicologia Social, sua Teoria das Representações Sociais e como vem se desenvolvendo a Psicologia Social Comunitária. E o sexto finaliza, tratando sobre os quilombos, terreiros e cultura afrodescendente em território brasileiro, apresentando outras manifestações e ressemantizações da resistência negra, onde são expostos os resultados de uma entrevista com uma representante do Movimento Negro em Alagoas e no Brasil.

## **2 SITUANDO O MOVIMENTO NEGRO NO BRASIL**

Segundo Domingues (2007), Movimento Negro é a luta dos negros na tentativa de resolver os problemas enfrentados por eles na sociedade em questão, principalmente os relacionados ao preconceito e a discriminação racial que os colocam numa situação de marginalidade com relação ao mercado de trabalho e ao sistema educacional, político, social e cultural.

Para Oliveira (2011), Movimento Negro nada mais é do que o conjunto de pessoas ou grupos empenhados na mobilização em torno das questões relativas à população negra no Brasil. São grupos que podem ser institucionalizados ou não, governamentais ou não; ou ainda indivíduos que não fazem parte de nenhum grupo específico, mas com uma atuação micropolítica, centrada em seu círculo familiar ou de trabalho.

No Brasil, apesar da legislação brasileira proibir quaisquer manifestações de preconceito e discriminação étnica, as desigualdades sociais entre brancos e negros ainda estão longe de terem sido superadas. Diante disso, duas verdades são inegáveis: A primeira é que o Brasil é o país da miscigenação e a segunda é a certeza de que aqui, a igualdade racial não passa de mito. É também onde o tom da pele resulta em diferenças, visíveis no dia a dia. É algo que faz parte do processo histórico do país, pois os negros não vieram para o Brasil como reis, mas em navios negreiros. Na verdade o que existe é uma discriminação, muitas vezes velada (OLIVEIRA, 2010).

Ferreira (2013) diz que:

A experiência de ser negro traz consigo a memória de vivências trágicas, que por vezes está revestida de vergonha. Vergonha entendida como um senso íntimo de ser “completamente diminuído ou ser insuficiente como uma pessoa”. A vergonha pode ser uma humilhação tão dolorosa ou uma indignidade tão profunda, que “o indivíduo sente-se roubado de sua dignidade ou exposto como basicamente inadequado, mal, ou digno de rejeição [...]”. [FERREIRA, 2013, p. 19].

Para Silva, Paiva e Miranda (2005) o preconceito pode se manifestar de duas formas: 1) ausência de reflexão: o preconceituoso rompe com ela, numa tentativa de afastar aquilo que percebe como ameaça; 2) rejeição: desprezando aquilo que julga inferior, encontrando respaldo em algum valor preestabelecido pelo âmbito social.

Assim, no Brasil, pesquisas indicam que a maioria dos brasileiros reconhece que existe o preconceito racial no País, mas que poucos assumem ser individualmente preconceituosos (SANTOS, CHAVES, 2007). Dessa forma, as chamadas “ideologias racistas” geram efeitos psicossociais sobre o negro, produzindo feridas narcísicas que o levam ao distanciamento de sua própria identidade (FERREIRA, 2013).

## **2 O QUILOMBO COMO EXPRESSÃO HISTÓRICA DA RESISTÊNCIA NEGRA NO BRASIL**

No século XIX, junto com as primeiras expressões na esfera pública que reuniam simpatizantes da causa da abolição e que eram apresentadas em jornais, revistas e em coletividades diversas, foram criadas, mantidas e interrompidas uma infinidade de organizações com foco nos movimentos negros, algumas apoiadas por setores brancos (OLIVEIRA, 2011). Estas galgavam a abolição da escravidão, tornando-se um movimento com teor político na formação daquilo que podemos denominar “povo brasileiro”. No entanto, essa história de resistência vai mais além...

Na história do Brasil, registra-se que os primeiros movimentos negros ocorreram pela associação de escravos negros fugidos, com outras populações a exemplo de índios, brancos e mestiços pobres, formando quilombos.

Diante disso, Leite (2000) afirma que discorrer a respeito dos quilombos e dos quilombolas na atual conjuntura brasileira é falar de uma luta política e também de uma reflexão científica ainda por ser elaborada. Dessa forma, o quilombo surge como uma forma de organização, de luta, de espaço conquistado e mantido por meio de gerações. Assim:

[...] O quilombo, então, na atualidade, significa para esta parcela da sociedade brasileira, sobretudo um direito a ser reconhecido

e não propriamente e apenas um passado a ser lembrado. Inaugura uma espécie de demanda, ou nova pauta na política nacional: afro-descendentes, partidos políticos, cientistas e militantes são chamados a definir o que vem a ser o quilombo e quem são os quilombolas. [LEITE, 2000, p. 335].

Também, é importante acrescentar que o resgate da terminologia “quilombo” como um conceito socioantropológico, não apenas histórico permite o surgimento de novos atores sociais, estendendo e renovando as formas de ver e viver a identidade negra, ao mesmo tempo em que proporciona a comunicação com outras etnicidades e lutas sociais. Vem ainda evidenciar o aspecto militante e de não acomodação. Objetiva ir ao contrariar os estereótipos correntes de conformismo, sujeição, embranquecimento, malandragem e corrupção que sustentam as enganosas noções de uma suposta democracia racial, existente no Brasil desse o período da Primeira República (LEITE, 2000). Dessa forma:

Escolhido para falar da dominação que se tentou exercer através do argumento da inferioridade da raça, dos estigmas e da exclusão social, o termo quilombo vem expressar alguma necessidade de parte da sociedade brasileira de mudar o olhar sobre si própria, de reconhecer as diferenças que são produzidas como raciais ou étnicas. Através da luta e de uma complexa. [LEITE, 2000, p. 348].

Assim, é importante ter em mente as duas conotações que existem em torno da terminologia Quilombo. Primeiramente o Quilombo histórico para a comunidade de escravos fugidos, a exemplo da Serra da Barriga em União dos Palmares e o Quilombo contemporâneo, a exemplo de Muquém, que:

[...] é uma comunidade de remanescentes de quilombo, que está localizada no município de União dos Palmares, região também que abriga a Serra da Barriga, mas ela fica aos pés da Serra, protegida por uma estrada de terra e de pedras, caminho que pode ser visto como protetor da comunidade, pois a mesma estrada que a liga à cidade- centro urbano civilizado, pela sua precariedade, é a mesma que a torna intacta. Uma comunidade numerosa, com aproximadamente quinhentas pessoas, dessas 104 são crianças, que nem sempre frequentam a escola. Do outro lado, existe o rio que alimenta a comunidade com a sua água, seja para beber ou para o trabalho, além do barro que ainda existe, a matéria prima para a cerâmica. Isso pode ser um fator que ajuda na invisibilidade da sociedade em relação a comunidade quilombola. [FERNANDES, [s.d], p. 3].

A palavra quilombo, segundo a etimologia, quer dizer acampamento guerreiro na floresta (FERREIRA, 2013) e tem origem congo-angolana, sendo denominados no Brasil como refúgios organizados nas matas (BENJAMIN, 2004). Atualmente, os quilombos explicitam as contradições das políticas de modernização da economia e do Brasil (CARRIL, 2006).

Ferreira (2013) diz que no ano de 1740, o Conselho Ultramarino definia quilombo como: "Toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele" (GOMES APUD SANTOS, 2009, p. 514). Isso corroborou para que se atribuisse aos quilombos uma ideia de passado ("espaços" de resistência) dos povos negros; refletindo numa visão distorcida criada pelos historiadores.

Segundo Roso e outros autores (2011), o termo quilombo adquiriu um novo significado a partir da Constituição Federal de 1988 (art. 68), quando foi reconhecida a propriedade definitiva aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estivessem ocupando suas terras, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos. Além disso, para Del Priore e Venâncio (2001) os termos Quilombo, Quilombinho ou Quilombola são sinônimos e referem-se a comunidades de "negros fugidos", instaladas nas áreas de luta contra a escravidão. Assim, os territórios e grupos ocupados pelos negros eram: Quilombos, mocambos, comunidades negras rurais ou terra de pretos, favelados, moradores das periferias (FERREIRA, 2013), coitos, ladeiras etc. (ANDRÉ, 2007).

A formação de quilombos ocorreu em todos os lugares onde havia a prática da escravidão, não sendo uma peculiaridade apenas do Brasil (VALENTIM; TRINDADE, 2011). A escravatura no Brasil provocou desde o seu início as mais variadas formas de resistência, como a formação de quilombos (TEIXEIRA, 2005). Assim, há registros de movimentos sociais desde a colonização até os nossos dias, demonstrando que os que viviam e os que vivem no Brasil lutam em defesa de seus interesses (TOMAZI, 2010). Então, os movimentos negros são uma forma de militância e resistência contra as discriminações sofridas por esses povos ao longo da história.

Portanto, os movimentos negros durante a escravidão aconteceram basicamente de duas formas: por um lado, para aqueles que ainda estavam em cativeiro, a luta era pela emancipação. Por outro lado, para os alforriados, libertos ou para aqueles negros e mulatos que nunca foram escravizados, a luta era pelo seu reconhecimento como cidadão, em outras palavras, pelo fim do preconceito com a cor da pele (OLIVEIRA, 2011).

## **2.1 A SERRA DA BARRIGA: UM ESPAÇO DE MEMÓRIA DOS MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA NEGRA NO BRASIL**

Benjamin (2004) cita o mais conhecido Movimento Negro em Alagoas: o Quilombo dos Palmares, que sofreu 25 investidas. Em 1678 foi realizada uma negociação

de paz por meio de um tratado em que Pernambuco reconhecia a existência de Palmares e Ganga Zumba, o líder, deveria devolver todos os escravos fugidos, mantendo-se apenas os nascidos naquele local. Logo depois do tratado, ele foi assassinado e o comando passou para Zumbi, seu sobrinho. Por esse tempo, o bandeirante Domingos Jorge Velho foi chamado para socorrer o governo de Pernambuco. Fracassaram as primeiras tentativas, mas com uma tropa de 6000 homens, conseguiram destruir Palmares (FUNARI, 1996).

As tropas do Governo decapitaram Zumbi e sua cabeça foi exposta no Pátio do Carmo, no Recife, no dia 20 de novembro (FUNARI, 1996). Todavia, segundo a tradição oral, Zumbi jogou-se no precipício, preferindo a morte ao cativeiro. Pouco se sabe do modo como estava organizado o Quilombo de Palmares. As notícias foram obtidas por espiões enviados pelos fazendeiros vizinhos e por informações colhidas pelas tropas que destruíram o quilombo, portanto, de natureza bastante duvidosa (BENJAMIM, 2004).

O local da sede principal do Quilombo de Palmares – que se encontra no município alagoano de União dos Palmares – é hoje considerado patrimônio histórico do Brasil. Zumbi foi consagrado como herói nacional e o dia 20 de novembro é a data comemorativa da Consciência Negra no país (BENJAMIN, 2004). A derrota de Palmares, entretanto, não significou o fim da resistência à escravidão. Os quilombos continuaram a proliferar durante o século XVIII, nas matas litorâneas, nos garimpos da mineração e nos campos e sertões da pecuária (TEIXEIRA, 2005).

Além disso, apesar do artigo 68 da constituição reconhecer as terras dos remanescentes de quilombos, poucas comunidades receberam título de propriedade das terras que ocupam (TEIXEIRA, 2005). Portanto, discorrer sobre o tema hoje é falar de uma luta política e numa reflexão científica em processo de construção (SANTOS, 2009).

### **3 CULTURA AFRO-BRASILEIRA**

De acordo com Oliveira (2011), no Brasil houve um sincretismo entre as várias religiões e práticas culturais africanas e europeias, o que provavelmente não aconteceu em outras regiões que também vivenciaram o modo de produção escravista africano.

No que se referem à cultura afrodescendente, com a escravidão os negros foram forçados a deixar para trás sua família, sua história e sua origem. Obrigados a se confessar em uma igreja, receberam um novo nome, que representava a transposição para uma nova vida, com novos costumes e com restrições de seu idioma, religião e prática de rituais (VIEIRA ET AL., 2013). Mas apesar de toda essa violência, o negro resistiu a abandonar suas raízes e recriou sua cultura dentro da cultura do Brasil. Muitos desses valores foram passados entre gerações por meio da convivência, construindo uma ponte entre o passado e o presente e permitindo que tais valores não fossem esquecidos (RABINOVICH, 2008).

Um indivíduo tem raiz por sua participação ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva viva sua história (RABINOVICH; BASTOS, 2007), e quando um grupo apresenta inconsistência na transmissão dessa memória, provavelmente terá dificuldade em fortalecer seu processo de produção de identidade (SILVA; PAIVA; MIRANDA, 2005).

A religião africana com seus deuses e sua mitologia, discriminada e marginalizada por outras religiões, passou a misturar suas crenças com as da igreja católica. As religiões africanas possuem um ritual próprio, com adoração de deus e dos orixás e com menos escriturais e discursos filosóficos (VIEIRA ET AL., 2013), se comparadas com outras religiões, como a católica e a evangélica.

O candomblé pode ser definido como o culto aos deuses africanos, e se utiliza de sacrifícios de animais ou de alimentos oferecidos aos deuses durante cerimônias privadas. Esses deuses são chamados a voltar a terra por meio de canções e danças simbólicas, e sua presença se manifesta por meio de tranSES nos corpos das “filhas” e “filhos de santos”, que ouvem suas queixas, aconselham e concedem graças (RABINOVICH, 2008).

Apesar de ter possuído um papel mais passivo que ativo como agente cultural, o negro remarcou a combinação racial e cultural brasileira (RIBEIRO, 1995). Portanto, na perspectiva de Furtado, Pedroza e Alves (2013) é essencial que a Psicologia, ao estudar em questões relativas à identidade e a subjetividade, estude também os quilombos. Além disso, acrescentamos também os movimentos negros.

#### **4 A PSICOLOGIA SOCIAL E O MOVIMENTO NEGRO**

Segundo Rodrigues (2006), a Psicologia Social surge a partir da transversalidade entre a Psicologia e as Ciências Sociais. Desde o seu surgimento como disciplina científica, ela esteve interessada em fenômenos coletivos e na análise deles a partir de perspectivas fronteiriças entre diferentes campos de saber, dando ênfase aos chamados movimentos de massa, pequenos grupos, influência social, autoritarismo, minorias psicológicas e tantos outros temas, contribuindo com seus apontamentos teórico-metodológicos e preenchendo o espaço entre as explicações “psicologizantes” de um lado, e as “sociologizantes” do outro. Diante disso, a Psicologia Social pode e deve contribuir de forma bastante proveitosa com a temática do movimento negro.

Oliveira (2011), corroborando com o autor acima, sugere que o psicólogo social, ao lidar com o fenômeno dos movimentos negros, precisará fazer uso da interdisciplinaridade, mobilizando as mais diversas disciplinas, tais como: a Antropologia, a Sociologia, a História, dentre outras. Na opinião dela, movimentos sociais como o Movimento Negro são fundamentais para que as discussões possam ser abertas no espaço público. Além disso,

A Psicologia Social tem uma contribuição importante a dar ao entendimento do mundo contemporâneo, onde as identidades coletivas, muitas vezes associadas à vivência e ou memória de vitimização ou estigmatização, são o principal fundamento da ação de grupos engajados em lutas por reconhecimento, que procuram, no espaço público, a afirmação de direitos e demandas específica para o grupo. (OLIVEIRA, 2011, p. 208).

Entretanto, os vários espaços que constituem a Psicologia Social têm se mostrado, ao longo da história de constituição e consolidação dessa disciplina, em lugares de disputa ideológica, acarretando em visões diferentes e muitas vezes antagônicas na tentativa de compreender a relação entre objetividade e subjetividade dentro da coletividade. Isso refletiu na quebra do propósito interdisciplinar ao qual a Psicologia Social se propunha inicialmente (RODRIGUES, 2006).

Além disso, Oliveira (2011) afirma que o Brasil, apesar de ser considerado, mundialmente, como um país democrático, onde convivem diversas tradições culturais e religiosas, tem posto ao mesmo tempo os direitos humanos ainda restritos ao papel. Isso porque ele é um dos países que mais assinam tratados, acordos e convenções nos mais variados campos, como por exemplo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948 e a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, em 1966.

Porém, ser signatário não significa necessariamente que os compromissos assumidos foram cumpridos. Assim, o Brasil ainda é um país que valoriza sua autoimagem e logros, mas que, entretanto, apresenta a dificuldade de transformar intenções em realidades (OLIVEIRA, 2011). Daí necessidade e relevância de movimentos sociais como o movimento negro para reivindicar muitas dessas "intenções".

A Psicologia Social Comunitária vem desenvolvendo grupos que atuam por meio da militância e/ou de um trabalho social de conscientização acerca das origens dos povos negros, o que inclui a realização de festas temáticas e estudos sobre afrodescendência no Brasil, em contraposição à marginalização histórica exercida pelo contexto social vigente (SILVA, PAIVA e MIRANDA, 2005). Uma das teorias da Psicologia Social que tem sido empregada no estudo dos movimentos negros é a teoria das representações sociais (SANTOS, CHAVES, 2007).

Santos e Chaves (2007) fundamentados em Moscovici (2001) dizem que é por meio da linguagem que pensamos, pois ela é a expressão das representações e da cultura. As representações estão presentes em todas as interações humanas. Pessoas e grupos criam representações ao longo do processo de comunicação que ocorre nas ruas, nos bares, nos escritórios, em qualquer ambiente em que as pessoas dialogam, comentam, julgam, emitem opiniões. Sendo criadas, as representações adquirem vida

própria, circulam e ensinam o surgimento de novas representações, e passam a exercer influência decisiva sobre as relações sociais, sobre as escolhas e as ações das pessoas.

A finalidade das representações é proporcionar a familiarização, fazer com que os objetos, pessoas e acontecimentos sejam percebidos e compreendidos em relação a conhecimentos prévios. Para isso dois mecanismos são postos em funcionamento: a ancoragem e a objetivação. Ancorar consiste em classificar e dar nome a alguma coisa, isto é, incluir um objeto, pessoa ou acontecimento em uma determinada categoria, rotulando-o com um nome conhecido. Objetivar consiste em converter aquilo que é abstrato em algo quase concreto, transformar um conceito em imagem, traduzir o que está na mente em algo tangível. (MOSCOVICI, 2001 APUD SANTOS, CHAVES, 2007, p. 356).

Portanto, as representações sociais são conhecimentos práticos, pois envolvem a prática interativa e orientam as ações no cotidiano. As ideias criadas pelo pensamento individual têm como referência necessária o lastro mental constituído social e culturalmente (SANTOS; CHAVES, 2007).

## **5 QUILOMBOS, TERREIROS E CULTURA AFRODESCENDENTE NO BRASIL: OUTRAS REPRESENTAÇÕES E RESSEMANTIZAÇÕES DA RESISTÊNCIA NEGRA**

Principal referência do Movimento Negro de resistência ao sistema escravocrata em território brasileiro, o município de União dos Palmares abrigou o Quilombo dos Palmares, a maior república independente e revolucionária, localizada na Serra da Barriga, no Parque Nacional de Zumbi (criado em sua homenagem), que ainda conserva vestígios importantes da trajetória das comunidades quilombolas (FUNARI, 1996; BENJAMIN, 2004) e do movimento negro em Alagoas.

Como Rabinovich (2008) e Rabinovich e Bastos (2007) colocam, é por meio da convivência que se constrói uma ponte entre o passado e o futuro, permitindo que a cultura negra não venha a ser esquecida, pois com essa postura ativa é possível manter viva a sua história. Visitar a Serra da Barriga e o Quilombo dos Palmares é entrar em contato com belas paisagens naturais e conhecer vestígios históricos dos antigos povos do quilombo, que com sua força e perseverança, marcaram para sempre a história do Brasil e do povo palmarino.

Para entender um pouco das representações sociais dos Movimentos Negros em Alagoas e conhecer um pouco mais da sua cultura, foi entrevistada a senhora Ma-

ria Neide Martins (mais conhecida como Mãe Neide Oyá D'Oxum), reconhecida pela sua contribuição na difusão da cultura afro-brasileira, foi tombada como patrimônio histórico, colocando seu nome no Livro do Registro do Patrimônio Vivo de Alagoas. Além disso, está envolvida em vários projetos sociais que visam promover a cultura afro-brasileira. A seguir, um texto síntese elaborado a partir da entrevista realizada com ela, onde são destacados os pontos mais importantes que foram discutidos.

Dona Neide conta que sobe a Serra da Barriga há muitos anos e que faz 24 anos que foi feito o tombamento da serra como Patrimônio Histórico Nacional, onde ela contribuiu principalmente como orientadora espiritual. Ela lembra que esse foi um processo sofrido, pois na época não tinha alimento, água, ou saneamento básico. Então os grupos culturais, principalmente de capoeiristas e religiosos, começaram a reivindicar um local para eles se estabelecerem. Foram feitas reivindicações ao governo de Alagoas, que não deu muita atenção a essa questão. Foi então que a secretária de minorias do Estado, na época Patrícia Mourão, fez o projeto com o apoio da Petrobrás, que abraçou a causa, na época fazendo a doação em dinheiro no valor de R\$ 800 000 (oitocentos mil) para a construção do Parque Nacional de Zumbi. Além disso, também no tombamento, não houve qualquer contribuição por parte do Estado.

Falando sobre o dia 20 de Novembro deste ano, data em que se comemora o dia da Consciência Negra no local, a história se reincide: o Estado não apoiou o movimento, e muito menos o próprio Município de União dos Palmares. Dessa forma, Dona Neide denuncia o descaso do Estado de Alagoas com a cultura negra, onde muito dos direitos que esse povo tem alcançado têm ocorrido, na maioria das vezes, quando eles mesmos "correm atrás", mostrando que o povo negro ainda luta por seus direitos (TEIXEIRA, 2005), representação social que reflete e realidade alagoana atual. Isso corrobora com o que Roso e outros autores (2011) afirmam: as ações governamentais ainda não conseguem dar conta das necessidades das comunidades remanescentes de quilombos, uma das formas de resistência do movimento negro no Brasil.

Quando indagada sobre o governo brasileiro atual, Dona Neide argumenta que não se sente representada, mostrando seu descontentamento com muitas injustiças das quais os negros têm sido vítimas. Um exemplo disso é a tentativa de alguns deputados de tentar acabar com os Conselhos. Outras questões que ela critica é a instituição do programa Bolsa Família como forma de criar o conformismo nas pessoas, que muitas vezes têm deixado de buscar mais melhorias:

Mas a gente não pode esquecer que nós brasileiros somos um pouquinho índios né? Índio só trabalha quando não tem comida dentro de casa (risos). A culpa não foi do governo. É da nossa criação, da nossa cultura, gente. O povo diz ai meu Deus, tá bom demais. Não!.

Além disso, o Sistema Único de Saúde (SUS), para ela só “é lindo e maravilhoso no papel”.

No que se refere à cultura negra em Alagoas, Dona Neide denuncia que a prefeitura do município de União dos Palmares está desativando a secretaria de cultura. Isso gera sofrimento, pois afirma que lutou muito, durante dois anos, para que a secretaria de cultura fosse aberta. Entretanto, o povo remanescente não tem recebido passivamente esses acontecimentos: “Ligamos pra Brasília, pra o Conselho Nacional, mandamos relatório, pintamos o sete pra ver se não fecha. Eu acho que alguma coisa tá andando”.

Assim, como coloca Tomazi (2010), de uma forma ou de outra o negro sempre procurou lutar por seus direitos ao longo da história, não se mantendo passivo diante das condições em que vivia e vive, até hoje. Quando indagada sobre a desvalorização que a cultura negra tem recebido ao longo da história, bem como o imperialismo cultural ao qual essa cultura foi submetida, Dona Neide afirma:

Eu acho o seguinte: tem duas histórias né? A que o Branco resolveu contar e a que os pretos velhos contam, e eu prefiro acreditar no que meus velhos me contam... Porque tudo o que o branco escreve nos livros “embelezando” nossa História é pra tirar a “culpinha” dele do cartório também. [...] eu acho o seguinte... você acha que acabou o preconceito com gordo? Com “cabelo de torreiro”? Com nordestino? Nunca acabou! Então com o negro vai acabar? É a imposição do branco mesmo, do racismo, dessa coisa de levantar muro pra separar um do outro... Os pretos velhos contam que quando o negro apanhava, ele não podia nem chamar Jesus Cristo de pai... Quando ele era amarrado no tronco que passava a noite inteira... Então os negros diziam que quando ele tava cheio de dor, ele não podia na dor apanhando e dizer: Ai meu Deus! Porque ele não era tido como filho de Deus! Então ele começou a batizar, a colocar os nomes nos deuses da igreja católica. Essa história os pretos velhos contam nos terreiros e que a gente não vê nos livros, então nós fomos forçados a acreditar em outro Deus que é o mesmo [...].

Além disso, quando se perguntou sobre como estava sendo a experiência da entrevista com a equipe, Dona Neide afirmou:

[...] esse momento onde a gente pode trocar informações, vocês aprender comigo e eu com vocês. Esse momento de eu poder falar um pouquinho da nossa realidade pra vocês que é muito importante pra que vocês contem mais tarde, na

universidade pra outros ir falando como é que a gente pensa. Que não é mostrada! [...].

Essa representação social de Dona Neide sobre a sua participação na pesquisa foi positiva e, além disso, reflete que o preconceito racial (SAITO; SILVA; MIRANDA, 2005) e a intolerância religiosa (VIEIRA ET AL., 2013) ainda são uma realidade vivida pelos negros hoje. Outro assunto discutido foi sobre os direitos. Dona Neide de forma crítica e realista afirma que o Brasil ainda não se desenvolveu quanto a esse aspecto, pois apesar de garantir os seus direitos, ela diz que ainda há muito a se caminhar.

Falando ainda sobre o preconceito religioso que sofre Dona Neide conta que por possuir um terreiro no bairro do Village Campestre há 20 anos, ela é obrigada a pagar uma taxa anual em torno de dois mil reais para mantê-lo em funcionamento, taxa que segundo ela não é cobrada a outros segmentos religiosos, como o católico e o evangélico, mostrando a discriminação velada que o negro ainda sofre no Brasil, apesar de este ser considerado o país da miscigenação, como coloca Oliveira (2010). Apesar disso, ela reconhece: “A gente caminhou muito [...]. Foram muitas conquistas. O que falta no Alagoano é ainda aquele senso de defender o eu”.

Para exemplificar a intolerância contra as religiões de matriz africana, dona Neide cita o famoso episódio que ficou conhecido como “Quebra de Xangô”, pouco divulgado pela mídia. Ocorreu em Alagoas em 1912, onde os terreiros e os líderes religiosos foram violentados pelo Estado e as casas foram quebradas, a respeito do ocorrido, fala Dona Neide:

[...] Tia Marcelina, o terreiro dela era ali onde é a reitoria hoje, Neab ali. E ela era tida assim como “a orixá” mais importante de Alagoas [...]. [...] os policas entravam, quebravam tudo, tocavam fogo e a Marcelina foi uma que ela foi espancada e diz que ela gritava agarrada com e a polícia quebrando tudo. Diz que ela dizia até a frase: quebra “mureque”, que ela dizia moleque, quebra tudo, quebra braço, quebra perna, tira sangue, mas tu não me tira o saber. E ela, um mês depois da pisa que levou ela morreu. E [...] 2 de fevereiro de 1912 foi quando aconteceu esse ato. Foi criado, 2 de fevereiro o dia contra a intolerância religiosa de Alagoas, foi aí que a gente se reuniu e foi um ato bacana do governador Theo Vilela teve essa coragem de pedir perdão em nome de todo o estado. Foi lindo o ato. Ele fez uma carta, em frente ao palácio, a mãe, que é a orixá mais velha foi quem fez a troca de bandeira que faz toda manhã no quartel, foi ela quem fez, dando a chave do estado a ela naquele momento e ele pediu perdão pelo Estado. Foi um ato muito bonito.

O ponto que mais chamou a atenção da equipe foi a representação social de Dona Neide no âmbito religioso na atualidade:

Estamos lutando agora por o que tá acontecendo também na serra. [...] os evangélicos exorcizando as árvores. Eles tão subindo a serra pra fazer culto lá em cima [...], pra tirar o demônio da serra. É um horror. Eles pegam a Bíblia e começam a dizer que o demônio tá ali onde a gente faz as oferendas. [...] Se você sobe hoje na serra, suba caladinho. Se tiver alguma música em algum radinho que você ouve, a música é gospel. Todos os moradores são evangélicos.

Portanto, percebemos que as representações sociais no que diz respeito à religião foram se modificando. Se antes o conflito era com a religião católica (devido ao imperialismo cultural que lhes impuseram), hoje o processo é com a religião evangélica, que segundo Dona Neide, tem desrespeitado sua religião, refletindo o pensamento comum nos discursos dos remanescentes de quilombo no que diz respeito a essa temática, debate que não será discutido nem aprofundado nesse trabalho, tendo em vista que tal questão foge do foco principal desse artigo, que é apresentar o movimento negro em Alagoas sob a perspectiva da Psicologia Social.

## 6 CONCLUSÃO

O Movimento Negro é a luta dos negros na tentativa de resolver os problemas enfrentados por eles na sociedade em que estão. Como o presente artigo discutiu, a história do negro no Brasil mostra que os movimentos negros se associam inicialmente com as revoltas de escravos e com a formação de quilombos junto com as primeiras expressões na esfera pública que reuniam simpatizantes da causa da abolição e que eram apresentadas em jornais, revistas e em coletividades diversas.

Dentre essas principais formas de resistência, o presente artigo discutiu os quilombos, especificamente visitando a Serra da Barriga, onde está localizado o Quilombo dos Palmares e entrevistando uma militante do movimento negro no Brasil, dona Maria Neide Martins, que discorreu sobre a situação do negro no Estado de Alagoas e no Brasil. A entrevista com dona Neide mostrou que o negro ainda luta por seus direitos, não permanecendo passivo às injustiças da qual ainda são vítimas. É lamentável que apesar de tantas conquistas desse povo, ainda existem muitos obstáculos que precisam ser ultrapassados.

A Psicologia Social contribui com os movimentos negros mediante a prática da interdisciplinaridade, principalmente com a contribuição da Antropologia, da Sociologia e da História, possibilitando que essas discussões sejam abrangidas para a esfera pública; contribuindo para o entendimento do mundo a respeito dessa temática. Isso

é relevante, particularmente no Brasil, tendo em vista este ser um país onde os direitos humanos ainda se encontram restritos ao papel.

Assim, a Psicologia Social Comunitária vem desenvolvendo grupos que atuam por meio da militância e/ou de um trabalho social de conscientização acerca das origens dos povos negros. Uma das teorias que tem sido muito empregada no estudo dos movimentos negros é a Teoria das Representações Sociais de Moscovici.

Recomendam-se estudos mais aprofundados e com a presença de outros militantes dos movimentos negros, sob a perspectiva da interdisciplinaridade junto a outros cursos e áreas do conhecimento, para que se possa ter uma visão mais abrangente dessa temática tão importante na atual conjuntura brasileira.

## REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. C. Processos de subjetivação em afro-brasileiros: anotações para um estudo. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v.23, n.2, Brasília, jun. 2007. p.159-168. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v23n2/a06v23n2.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2014.

APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica**: um guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2009.

BENJAMIN, R. **A África está em nós**: história e cultura afro-brasileira. João Pessoa-PB: Grafset, 2004.

CARRIL, L. **Quilombo, favela e periferia**: a longa busca da cidadania. São Paulo: Annablume, 2006.

DEL PRIORE, M.; VENÂNCIO, R. P. **O Livro de ouro da história do Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

DOMINGUES, P. **Movimento negro brasileiro**: alguns apontamentos históricos. Tempo. [on-line], v.12, n.23, S/M, 2007. p.100-122. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007>>. Acesso em: 11 fev. 2014.

FERREIRA, C. S. Muquém: seus cantos e encantos. IX Cidade revelada: encontro sobre patrimônio cultural. **I Fórum Nacional de Conselhos de Patrimônio Cultural**. Itajaí, Santa Catarina, Brasil.

FERREIRA, K. A. R. **Desenvolvimento psicológico-moral e coerção e duas comunidades quilombolas de descendência africana em Viamão/RS**. 2013. 66f. Dissertação (Mestrado em Medicina) – Faculdade de Medicina. Universidade Federal

do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br>> Ciências da Saúde> Ciências Médicas>. Acesso em: 16 out. 2014.

FUNARI, P. P. A. A “República de Palmares” e a arqueologia da Serra da Barriga. **Revista USP**, v.28, São Paulo, fev. 1996. p.6-13. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/28/01-funari.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2014.

FURTADO, M. B.; PEDROZA, R. L. S.; ALVES, C. B. Cultura, identidade e subjetividade quilombola: uma leitura a partir da psicologia cultural. **Psicologia e Sociedade**, v.26, n.1, Brasília, nov. 2013. p.106-115. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822014000100012&script>>. Acesso em: 12 out. 2014.

LEITE, I. B. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, v. 4, n. 2, Florianópolis-SC, S/l, 2000. p.333-354. Disponível em: <[http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol\\_04/N2/Vol\\_iv\\_N2\\_333-354.pdf](http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N2/Vol_iv_N2_333-354.pdf)>. Acesso em: 4 ago. 2015.

MEDEIROS, J. B. **Redação científica**. 11.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

OLIVEIRA, P. S. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Ática, 2010.

OLIVEIRA, D. M. **As cores do movimento negro**: narrativas, identidade, reconhecimento no espaço público. 2011. 281f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.lareferencia.info/vufind/Record/BR.../Details>>. Acesso em: 11 fev. 2015.

RABINOVICH, E. P. O Comum em uma comunidade quilombola baiana no século XXI e o terreiro de candomblé. **Memorandum**, n.14, Ribeirão Preto, out. 2008. p.86-102. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/memorandum/a14/rabinovich01.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2014.

RABINOVICH, E. P.; BASTOS, A. C. S. Famílias e projetos sociais: analisando essa relação no caso de um quilombo em São Paulo. **Psicologia em Estudo**, v.12, n.1, Maringá, abr. 2007. p.3-11. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=287122096002>>. Acesso em: 11 out. 2014.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RODRIGUES, A. J. *et al.* **Metodologia científica**. 4.ed., rev., ampl. Aracaju: UNIT, 2011. (Série bibliográfica).

RODRIGUES, C. S. **As fronteiras entre raça e gênero na cena pública brasileira:** um estudo da construção da identidade coletiva do movimento de mulheres negras. 2006. 234f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2006. Disponível em: <[www.bibliotecadigital.ufmg.br/Dissertações de Mestrado](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/Dissertações_de_Mestrado)>. Acesso em: 11 fev. 2015.

ROSO, A. *et al.* Minorias étnicas e representações sociais: notas sobre a entrada do psicólogo social em uma comunidade Quilombola. **Psico.**, v.42, n.3, Porto Alegre, set. 2011. p.346-353. Disponível em: <[http //revistaseletronicas.pucrs.br](http://revistaseletronicas.pucrs.br) > Capa > v.42, n.3 (2011) >Roso>. Acesso em: 16 out. 2014.

SANTOS, G. L.; CHAVES, A. C. Ser quilombola: representações sociais de habitantes de uma comunidade negra. **Estudos de Psicologia**, v.24, n.3, Campinas, Set., 2007. p.353-361. Disponível em: <[http//www.repositorio.ufba.br:8080/ri/handle/ri/275](http://www.repositorio.ufba.br:8080/ri/handle/ri/275)>. Acesso em: 16 out. 2014.

SANTOS, J. B. História da comunidade quilombola de Olaria em Irará-Bahia e a luta pela terra na contemporaneidade. **Revista Ideas**, v.3, n.esp., Bahia, out. 2009. p.510-543. Disponível em: <[http//https://periodicos.ufsc.br/index.php/.../2178-4582.2010v44n1p223](http://https://periodicos.ufsc.br/index.php/.../2178-4582.2010v44n1p223)>. Acesso em: 12 out. 2014.

SILVA, M. V.; PAIVA, D. L. O.; MIRANDA, S. F. Memória e identidade afrodescendente: considerações a partir de um projeto de extensão universitária. **Memorandum**, v.9, Ribeirão Preto, out. 2005. p.28-41. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/memorandum/a09/silva01.pdf> 9, out/2005>. Acesso em: 12 out. 2014.

TEIXEIRA, F. M. P. **Brasil:** história e sociedade. São Paulo: Ática, 2005.

TOMAZI, N. D. **Sociologia para o ensino médio.** 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

VALENTIM, R. P. F.; TRINDADE, Z. A. Modernidade e Comunidades Tradicionais: memória, identidade e transmissão em território quilombola. **Psicologia Política**, v.11, n.22, Rio de Janeiro, dez., 2011. p.295-308. Disponível em: <[http// dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3898976.pdf](http://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3898976.pdf)>. Acesso em: 12 out. 2014.

VIEIRA, J. L. G. *et al.* Quilombolas em alagoas: as raízes africanas e o direito à demarcação dos territórios. **Refletindo Direito**, n.1, Centro Universitário CESMAC, Maceió, 2013. p.1-18. Disponível em: <<http://www.fejal.com.br/revista/index.php/refletindo/article/view/188>>. Acesso em: 13 out. 2014.

---

**Recebido em:** 21 de setembro de 2015

**Avaliado em:** 24 de setembro de 2015

**Aceito em:** 29 de setembro de 2015

---

- 
1. Acadêmico do curso de Psicologia do Centro Universitário Tiradentes – UNIT-AL. E-mail: rodrigoalmeida1122@hotmail.com
  2. Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Tiradentes – UNIT-AL. E-mail: marianalemosbr@gmail.com
  3. Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Tiradentes – UNIT-AL. E-mail: sonia-crispim@hotmail.com
  4. Psicóloga e Docente do curso de Psicologia do Centro Universitário Tiradentes – UNIT-AL. E-mail: thalitalima@gmail.com
  5. Historiador e docente no Centro Universitário Tiradentes – UNIT-AL. E-mail: marce\_goes@hotmail.com